

Enchentes no RS

Medidas para retomada da economia gaúcha

Versão Preliminar – 17/05/2024

As enchentes que atingem o Rio Grande do Sul provocam **prejuízos sem precedentes**. Além da perda de vidas, de valor inestimável, e dos impactos de curto prazo, que vão desde a sustentação de pessoas desabrigadas até a **obstrução na geração de receitas (e renda) por diversas empresas**, a **destruição de ativos**, públicos e privados, irá provocar impactos no médio e no curto prazo que dificultarão uma retomada.

A Fecomércio-RS tem trabalhado, neste cenário, para demandar **medidas** do Poder Público que se direcionem aos dois tipos de problemas, alertando para as seguintes **premissas**:

1) Frente ao tamanho da tragédia (dados abaixo) e ao seu grau de excepcionalidade, já é possível identificar que o volume de recursos que serão necessários, tanto do ponto de vista emergencial, quanto, principalmente, para permitir a reconstrução de infraestrutura pública e de patrimônio essencial de famílias e empresas no Rio Grande do Sul será absolutamente inalcançável pelas capacidades do Governo Estadual e dos municípios gaúchos. **É necessária ajuda do Governo Federal**. Esses fatores também exigem que estes recursos não enfrentem as limitações usuais de despesas da União, a exemplo do ocorrido com as ajudas emergenciais durante a pandemia de Covid-19.

2) Por mais auxílio emergencial que se possa prestar diretamente às famílias atingidas, a sustentação de uma recuperação das regiões impactadas depende da geração de renda e da manutenção de emprego. E isso, por sua vez, passa pela capacidade das empresas atingidas retomarem suas atividades. Inúmeras empresas sofreram, além da interrupção de receitas, perdas relevantes de ativos, incluindo edificações, máquinas, equipamentos, mobiliário e estoques. São ativos essenciais, que permitem a produção e a geração de renda para centenas de milhares de gaúchos. Desse modo, para objetivar **uma recuperação sustentada, as medidas de auxílio devem alcançar, também, as empresas atingidas**.

Abaixo, elencamos as medidas propostas pela Fecomércio-RS para enfrentamento dos impactos das enchentes. Além disso, justificamos a excepcionalidade das medidas com base em alguns cenários de prejuízos causados pelas enchentes.

Medidas solicitadas pela Fecomércio-RS

As medidas demandadas pela Fecomércio-RS limitam-se a intervenções que tocam diretamente as empresas e a infraestrutura necessária para que as mesmas produzam. De forma óbvia, a ajuda direta a famílias também é fundamental e vem sendo trabalhada de modo mais amplo pelo Poder Público.

Além disso, **as medidas visam enfrentar os impactos de curto prazo, permitindo que as empresas sobrevivam ao período em que suas receitas estarão interrompidas ou prejudicadas, e de longo prazo, auxiliando as empresas a recomprem seus ativos e retomarem sua produção da forma mais célere possível.**

Outro destaque importante diz respeito ao atendimento, por parte das demandas, de uma premissa que deve ser respeitada por políticas públicas, de modo geral. Considerando o grau de excepcionalidade dos eventos ocorridos no Rio Grande do Sul, é razoável supor que prestar auxílio aos atingidos não provoque distorção de incentivos da livre competição entre empresas.

Medidas Solicitadas no Âmbito das Administrações Municipais

- Prorrogação dos vencimentos de ISS, IPTU e TCL, incluindo parcelamentos em vigor, e isenções para empresas atingidas diretamente
- Revisão da tabela de valor venal dos imóveis, visando retificar a base de cálculo do IPTU e da TCL

Medidas Solicitadas no Âmbito da Administração Estadual

- Adiamento do aumento de ICMS sobre alimentos, com adiamento da medida até o final de 2024
- Isenção de ICMS para as empresas mais afetadas
- Prorrogação do vencimento do ICMS (Categoria Geral e Simples Nacional) por um período mínimo de 6 meses
- Prorrogação dos prazos de parcelamentos em vigor
- Não estorno dos créditos referentes aos estoques perdidos
- Prorrogação do prazo de entrega das obrigações acessórias (GIA, DeSTDa, SPED) por um período mínimo de 3 meses
- Isenção de ITCD nas doações patrimoniais para afetados pelas enchentes

Medidas Solicitadas no Âmbito da Administração Federal

Infraestrutura

- Investimentos rápidos e suficientes para a recuperação da infraestrutura rodoviária do estado
- Suspensão dos pagamentos da dívida do Governo Estadual com o Governo Federal, com condicionamento dos recursos para investimentos de reconstrução
- Auxílio aos municípios para reconstrução urbana
- Auxílio financeiro ao Governo Estadual para investimentos em infraestrutura

Tributárias

- Adiamento das parcelas dos programas de negociação administrados pela PGFN, incluindo a contribuição previdenciária patronal (CPP)
- Prorrogação dos vencimentos e isenções dos tributos administrados pela Receita Federal
- Prorrogação do vencimento e isenções dos tributos das empresas do Simples Nacional

Trabalhistas

- Suspensão temporária de contratos de trabalho e/ou Redução de jornada de trabalho e salários, com garantia do Benefício Emergencial para os trabalhadores
- Suspensão da exigibilidade dos recolhimentos FGTS
- Flexibilização dos prazos para aplicação de férias individuais e concessão de férias coletivas
- Aplicação do banco de horas para períodos em que as empresas estejam impedidas de funcionar
- Antecipação e aproveitamento de feriados
- Suspensão de exigências administrativas em segurança e saúde do trabalho
- Implantação do teletrabalho
- Direcionamento do trabalhador para qualificação

Financeiras

- Recursos a fundo perdido para as empresas mais afetadas
- Linhas de crédito facilitadas para recomposição de capital produtivo e estoques
- Prorrogação do vencimento das parcelas do Pronampe
- Mediação por parte da entidade reguladora de seguros privados para aceleração do pagamento de sinistros para as empresas que possuíam seguros

Justificativas para as medidas: cenários para as perdas decorrentes das enchentes

Ainda é cedo para realizar estimativas mais precisas das perdas decorrentes das enchentes. Alguns dados disponíveis, contudo, já nos permitem expor cenários **para alguns grupos importantes de impactos que, sozinhos, já indicam o tamanho grandioso das perdas totais**. Abaixo, apresentamos alguns destes grupos e seus cenários, destacando que eles ilustram, mas não esgotam a totalidade dos impactos sofridos com as enchentes.

As perdas econômicas podem ser divididas em **dois grupos** (sem considerar os custos da administração do desastre, relacionados à defesa civil, resgates, manutenção de abrigos e etc). Por um lado, as enchentes destruíram **ativos**, de famílias, de empresas e públicos, incluindo diversos relacionados à infraestrutura de transportes, como estradas e pontes. Por outro lado, as enchentes, seja pela destruição de ativos produtivos, seja por algum impacto em elos da cadeia produtiva, causaram **obstruções à atividade econômica** (PIB), que se estenderão por tempo ainda não determinado.

Perdas de Ativos das Famílias

Com os dados relativos às pessoas desabrigadas, é possível hipotetizar, de início, perdas patrimoniais bilionárias em ativos das famílias (cerca de R\$ 2,6 bilhões, em um cenário intermediário).

	Número de pessoas	Cenários para Perdas de Ativos		
		Otimista	Intermediário	Pessimista
Pessoas em abrigos	81.200	R\$ 406.000.000,00	R\$ 609.000.000,00	R\$ 812.000.000,00
Pessoas desalojadas	538.743	R\$ 1.346.857.500,00	R\$ 2.020.286.250,00	R\$ 2.693.715.000,00
TOTAL		R\$ 1.752.857.500,00	R\$ 2.629.286.250,00	R\$ 3.505.715.000,00

Nota:

Hipóteses para as perdas de ativos não segurados, por pessoa impactada

Otimista: R\$ 5.000; Intermediário: R\$ 7.500; Pessimista: R\$ 10.000

Para as pessoas desalojadas, a hipótese considerada é de uma perda de 50% em relação às pessoas em abrigos, visto que muitas delas tiveram que deixar apartamentos localizados em prédios onde apenas o andar térreo foi impactado

Perdas de Ativos das Empresas

As perdas de ativos das empresas ainda estão sendo estimadas com maior precisão. A Fecomércio-RS está promovendo uma pesquisa entre as empresas do setor de comércio e serviços para identificar perdas estimadas pelos empresários, entre outras iniciativas que permitirão novas inferências.

Em um primeiro mapeamento, ainda incompleto, mas com base em imagens registradas por satélite em alguns dias após o início das enchentes, foram identificados cerca de 33 mil estabelecimentos exclusivamente comerciais (comércio, serviços e indústria) atingidos diretamente pelos alagamentos. Na pesquisa iniciada pela Fecomércio-RS, utilizando apenas os números preliminares relativos à mediana das perdas dos estabelecimentos (R\$ 150 mil por estabelecimento), é possível desenhar uma **hipótese inicial de, pelo menos, cerca de R\$ 5 bilhões em perdas de ativos das empresas.**

Vale destacar que essa hipótese se refere a um **valor mínimo**. A perda deve ser superior a este valor, tendo em vista os seguintes elementos. Em primeiro lugar, o volume de estabelecimentos mapeados por enquanto ainda não leva em conta alguns municípios que sofreram maior impacto de enxurrada do que de alagamentos. Além disso, também não engloba empresas de micro e pequeno porte que funcionam em domicílios residenciais. Por fim, é razoável supor que a destruição de ativos de estabelecimentos da indústria tende a ser maior e não está integralmente reportada na pesquisa da Fecomércio-RS, visto que seu acesso é direcionado às empresas do comércio de bens e serviços.

Considerando o número de CNPJs totais (matriz e filial) concentrados nos 46 municípios em estado de calamidade pública e estabelecendo cenários de impacto coerentes com o percentual de áreas alagadas destes municípios, é possível hipotetizar perdas muito superiores. **Os municípios em calamidade possuem 661.159 CNPJs ativos do estado, sendo 544.653 dos CNPJs do setor de serviços.** Em um cenário de 10% deles impactados diretamente pelos alagamentos, proporcional ao volume de áreas alagadas, é possível hipotetizar **cerca de 66 mil estabelecimentos empresariais impactados diretamente por alagamentos, sendo 54,5 mil do comércio de bens e serviços.** Nesse cenário, **as perdas patrimoniais das empresas chegariam a cerca de R\$ 10 bilhões, sendo R\$ 8 bilhões de empresas do setor de serviços (incluindo comércio).**

Perdas de Ativos de Infraestrutura

As perdas referentes à danificação de equipamentos de infraestrutura, como estradas e pontes, também precisam de mais tempo para serem averiguadas. No entanto, apenas com a utilização das imagens preliminares dos danos, associadas ao que se conhece sobre custos de obras civis, é seguro afirmar que as perdas em infraestrutura estão na escala de bilhões de reais. O número de bloqueios rodoviários, que chegou a 326, sendo 109 bloqueios totais, é um sinal neste sentido.

Além disso, ainda existe uma série de outros ativos públicos, como escolas, hospitais e centros administrativos com perdas. Se forem considerados neste cálculo ativos de infraestrutura urbana, como ruas, praças e outros equipamentos, é bastante razoável considerar valores superiores a uma dezena na escala dos bilhões de reais. A estimativa do Governo Estadual é de cerca de R\$ 9 bilhões para a recuperação de infraestrutura de transportes, apenas.

Bloqueios Rodoviários decorrentes das Enchentes no RS

Tipo de Bloqueio	Número de bloqueios
Totais	109
Parciais	53
Liberados	164
TOTAL	326

FONTE: Governo Estadual (13/05/2024)

Obstrução de Atividade Econômica

Independentemente da destruição de ativos, as enchentes causaram diversas obstruções de atividade produtiva em inúmeras empresas e localidades, independentemente do impacto direto com alagamentos. Com a demora de algumas semanas para a secagem, limpeza e a necessidade de recomposição de ativos, tal interrupção pode durar meses, em muitos casos. Utilizando exemplos de outros desastres naturais recentes, estudos acadêmicos mostram que a recuperação pode levar, de fato, muitos trimestres para ocorrer.

Os 46 municípios que permaneceram com calamidade pública decretada (após um número inicial de 397, dos quais a maioria foi alterada para o estado de emergência) concentram 41,6% do PIB gaúcho total, 41,5% do PIB (VAB) da indústria gaúcha e **50,6% do PIB do setor de serviços (que inclui o comércio)** do Rio Grande do Sul. Nesta seleção de municípios mais atingidos, também estão 48,3% dos empregos do estado (sendo **53% dos empregos do setor de serviços**). Além disso, **os municípios em calamidade concentram 42,6% dos CNPJs ativos do estado, sendo 44,2% dos CNPJs do setor de serviços.**

Em ambas as seleções de municípios, nota-se que **o setor que possui maior concentração de produção nos municípios atingidos é o setor de serviços**. Isso ocorre pelo fato de as enchentes terem atingido em cheio áreas metropolitanas, incluindo a capital, Porto Alegre, que possuem renda média e densidade urbana mais elevadas. Nesta área, também estão incluídos o **principal aeroporto (fechado por, pelo menos, um mês) e a principal estação rodoviária do estado, que estão com atividades interrompidas,**

prejudicando os serviços associados ao turismo. No caso do comércio varejista, também abrangido pelo setor de serviços, vale destacar o período de sazonalidade positiva (véspera do dia das mães) acentuando o impacto sobre os estabelecimentos afetados com obstrução de atividades.

Indicadores	Municípios Afetados pela Tragédia Climática						Rio Grande do Sul - Total
	Estado de Calamidade Pública (Decreto Nº 57.614/2024)		Situação de Emergência (Decreto Nº 57.614/2024)		Total municípios afetados (estado de calamidade OU situação de emergência)		
	Total	% do RS	Total	% do RS	Total	% do RS	
Total de Municípios	46	9,3%	320	64,4%	366	73,6%	497
População (Censo 2022)	4.183.279	38,4%	5.145.811	47,3%	9.329.090	85,7%	10.882.965
PIB - R\$ bilhões (2021)	241,7	41,6%	260,1	44,8%	501,8	86,3%	581,3
VAB Agropecuária - R\$ bilhões	6,0	8,0%	50,2	66,9%	56,1	74,9%	75,0
VAB Indústria - R\$ bilhões	50,3	41,5%	56,7	46,8%	107,0	88,3%	121,1
VAB Serviços - R\$ bilhões	120,5	50,6%	90,3	37,9%	210,8	88,5%	238,3
VAB Adm. Pública, defesa, educação, saúde pública e seguridade social - R\$ bilhões	25,2	37,2%	32,4	47,8%	57,6	85,1%	67,7
Emprego Formal (Vínculos ativos 31/12/22 - RAIS)							
Total	1.521.140	48,3%	1.237.013	39,3%	2.758.153	87,6%	3.146.981
Terciário Privado	884.954	53,0%	606.738	36,3%	1.491.692	89,3%	1.670.640
Estabelecimentos (2022 - RAIS)							
Total	223.930	41,8%	231.270	43,2%	455.200	85,0%	535.823
Terciário Privado	179.169	45,9%	158.427	40,6%	337.596	86,5%	390.323
Empresas (CNPJ ativos 2023)							
Total	661.159	42,6%	677.043	43,6%	1.338.202	86,2%	1.551.610
Terciário Privado	544.653	44,2%	523.631	42,5%	1.068.284	86,7%	1.232.443

FONTES: IBGE, RAIS, RFB

Por fim, é importante considerar que **as obstruções de atividade produtiva não acontecem apenas em estabelecimentos atingidos diretamente por alagamentos, mas também em outros** que ficaram sem insumos essenciais, como água e energia elétrica, sem recursos humanos, em casos de colaboradores afetados, ou tiveram a logística para recebimento de matérias primas ou entrega de mercadorias e/ou prestação de serviços prejudicados, devido aos problemas causados à infraestrutura de transportes. Ainda, muitos estabelecimentos ainda foram impactados com a redução de demanda, tendo em vista o impacto anímico dos eventos sobre a população.

Como exemplo, é possível mencionar grandes shopping centers de Porto Alegre, que, apesar de estarem em áreas não alagadas, interromperam suas atividades, ou empresas de transporte de passageiros que, independentemente de terem seu ativo (ônibus) afetado em seus estabelecimentos, não conseguem operar por impossibilidade de acesso a diversos municípios. Ainda, estabelecimentos de hotelaria em municípios não afetados que têm dificuldades em receber turistas, devido ao fechamento do aeroporto Salgado Filho. Os problemas ocasionados à infraestrutura de transportes (ver números na seção de destruição de ativos de infraestrutura) prejudicaram, de modo geral, o fluxo de pessoas, mercadorias e serviços dentro do estado, reduzindo atividade econômica.

O índice diário de atividade econômica do Itaú, apresentado pelo em um relatório divulgado para o RS, reportou **queda de 20,9% na atividade econômica de serviços** ainda sem uma semana completa pós início dos eventos, na comparação com o mesmo período de 2023. Essa queda, possivelmente, se aprofundou nos dias posteriores e sua retomada deve ser apenas gradual.

Considerando todos os dados consolidados até o momento, as estimativas da Fecomércio-RS para a perda de PIB decorrente das enchentes chegam a cerca de R\$ 40 bilhões, ou, aproximadamente 5% do PIB anual. Vale destacar que esta estimativa ainda é preliminar e pode ser alterada conforme as políticas públicas e perspectivas de recuperação para o estado.